



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Município de Pombal
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Largo do Cardal
3100-440 Pombal

Assunto: Envio de informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal

Conforme preconizado no artigo 77 da Lei 73/2013 “*Compete ao auditor externo que procede anualmente á revisão legal das contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*”. Neste sentido, serve a presente para remeter ao Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal de Pombal a informação sobre a situação económica e financeira do Município reportado a 30 junho de 2019, documento que anexamos.

Com base no trabalho efetuado e explanado no documento, concluímos que o Município de Pombal dispõe de condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 junho de 2019.

Lisboa, 5 setembro de 2019

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

Município de Pombal

Informação do auditor externo sobre a situação
económica e financeira semestral

30 de junho de 2019

Índice

1. Informação do auditor externo	3
2. Introdução	5
3. Âmbito.....	5
4. Procedimentos de auditoria.....	7
5. Execução orçamental.....	8
5.1 Execução orçamental da receita	9
5.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo	13
5.3 Execução orçamental da despesa	14
5.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homólogo	17
5.5 Equilíbrio Orçamental	18
5.6 Rácios receita / despesa.....	18
5.7 Grandes Opções do Plano (GOP)	19
5.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental	20
5.8.1 Compromissos assumidos	20
5.8.2 Contas de Ordem.....	20
5.8.3 Pagamentos em atraso	20
5.8.4 Mapa de fluxos de caixa.....	21
5.8.5 Fundos disponíveis.....	21
5.8.6 Endividamento.....	21
5.9 Deveres de informação.....	22
6. Demonstrações financeiras	22

1. Informação do auditor externo

Ao Presidente da Assembleia Municipal,

Introdução

Para efeitos do disposto na al. d) do N.º 2 do Art.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira.

Responsabilidades

É da responsabilidade do órgão executivo a preparação de informação financeira, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em reportar a posição económica e financeira do Município conforme decorre da disposição legal supracitada.

Âmbito do trabalho

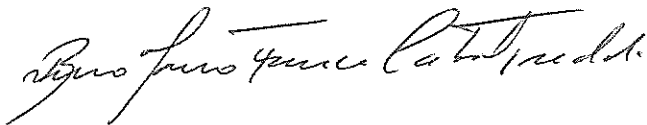
O Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que o trabalho desenvolvido teve como suporte a informação contabilística disponível, nomeadamente, balancetes analíticos relativos ao primeiro semestre, bem como os mapas de execução orçamental da receita e despesas preparados pelo Município. A presente informação não é uma auditoria de demonstrações financeiras e, por conseguinte, não é emitido parecer sobre as mesmas, resultando num mero relato da posição económica e financeira do Município conforme requerido por lei.

Não obstante o princípio subjacente a esta informação, foi obtida uma compreensão do sistema de controlo interno da Entidade, desenvolvidos procedimentos substantivos de revisão analítica, execução de procedimentos de detalhe numa base de amostragem à execução da receita e da despesa, conforme se detalha mais adiante.

Conclusão

Em resultado do trabalho desenvolvido concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição financeira do Município de Pombal é consistente com a do ano anterior e que à data de referência, o total da dívida representa 8,7% (30 de junho de 2018 - 9,4%) do máximo legal permitido. Expressamos também que o Município dispõe das condições financeiras necessárias para cumprir as obrigações assumidas a 30 de junho de 2019.

Lisboa, 5 de setembro de 2019



Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

2. Introdução

No âmbito da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com o seu artigo n.º 77, são competências do auditor externo:

- a) Verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- b) Participação aos órgãos competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos;
- c) Elaboração e submissão semestral, aos órgãos executivo e deliberativo, de informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- d) Pronúncio sobre quaisquer outras situações determinadas por Lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da Lei.

Tendo a Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda (doravante designada de VTA) sido nomeada para o desempenho das funções de auditoria externa do Município de Pombal (doravante designada de Município) para os períodos de 2018 – 2020, procedemos à análise da informação orçamental relativa ao 1º semestre de 2019.

Com base no trabalho realizado e nas conclusões retiradas, elaborámos o presente relatório semestral, sobre a situação económica e financeira, nos termos da alínea d) acima transcrita, o qual submetemos aos órgãos executivo e deliberativo.

3. Âmbito

O relatório sobre a situação económica e financeira visa relatar as situações de maior relevância relacionadas com o desempenho económico do Município, que no fundo traduz, a capacidade de desempenho das funções atribuídas *versus* recursos consumidos e a sua posição financeira, que expressa a situação patrimonial do Município, que não é mais, do que a tradução das fontes de financiamento do ativo.

Uma vez que o presente documento é referente ao período findo em 30 de junho de 2019, serão apenas tecidas considerações relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2019.

As considerações nele efetuadas decorrem de procedimentos substantivos de carácter limitado executados quer ao nível das demonstrações financeiras quer ao nível dos mapas de execução

orçamental do Município, proporcionando ao auditor um nível de segurança moderado que o habilita a declarar que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a crer que as demonstrações financeiras e orçamentais, anexas, não traduzem a posição económica e financeira do Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade, a esta data, consiste na verificação da informação orçamental e financeira disponível e remetida ao tribunal de contas, competindo-nos emitir um relatório sobre a situação económica e financeira do Município baseado no trabalho executado.

O POCAL e a Lei das Finanças Locais, não preveem que os municípios elaborem demonstrações financeiras semestrais, pelo que as demonstrações financeiras aqui apresentadas, podem carecer de ajustamentos específicos de fecho de contas, nomeadamente, especialização dos exercícios ou periodização económica, amortizações, provisões, etc. No que se refere ao valor das amortizações e das provisões aqui apresentadas, o mesmo foi estimado tendo por base seis duodécimos de amortizações e provisões do ano anterior.

Os números comparativos contidos no balanço em análise referem-se aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019, respetivamente. Por outro lado, os comparativos no que diz respeito à demonstração de resultados referem-se ao período homólogo.

A contabilidade orçamental assenta num princípio de tesouraria e fluxos financeiros (base de caixa), sendo este princípio o que a distingue, em larga escala, da contabilidade patrimonial (base do acréscimo). Deste modo, a informação económica e financeira aqui contida inclui não só os registos que decorrem da despesa paga e receita liquidada no primeiro semestre de 2019, mas também, todos os custos e proveitos que respeitam ao mesmo período, independentemente da data do seu pagamento e/ou recebimento.

O nosso trabalho incidiu sobre os documentos disponibilizados e recolhidos, durante o trabalho de campo, nomeadamente, balancetes analíticos, mapas de execução orçamental, mapa de responsabilidades de crédito, mapas com o serviço da dívida e grandes opções do plano, todos reportados a 30 junho de 2019.



4. Procedimentos de auditoria

O nosso trabalho abrangeu, entre outros, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Reuniões com o chefe de Divisão de Administração e Finanças, para indagação de factos relevantes no contexto do Município e à prestação de informação financeira e patrimonial;
- Leitura e análise de atas, contratos e outros elementos que julgámos relevantes;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município;
- Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- Reconciliação do controlo orçamental da receita com a contabilidade patrimonial, que inclui verificação da receita reconhecida em proveitos e verificação da apresentação da receita por cobrar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de guias de receita de vendas e prestações de serviços, verificação dos protocolos subjacentes às transferências correntes obtidas e confirmação de recebimento efetivo de transferências correntes e de capital;
- Reconciliação do controlo orçamental da despesa com a contabilidade patrimonial, que inclui a verificação da despesa reconhecida em custos e verificação da despesa por pagar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de documentos de execução de despesa e verificação de cumprimento das fases da despesa;
- Análise, por amostragem, de contratos celebrados com prestadores de serviços, e verificação de cumprimento dos principais requisitos previstos no Código dos Contratos Públicos;
- Verificação da correta apresentação da receita e da despesa, tanto no controlo orçamental da receita/despesa, como na demonstração dos resultados, tendo em conta, sobretudo, a sua natureza;
- Recálculo das taxas de execução da despesa e da receita;
- Realização de testes substantivos para as contas consideradas significativas, nomeadamente:
 - o Análise e teste às rubricas da receita mais significativas, nomeadamente impostos diretos e transferências correntes;

- o Análise e teste às rubricas da despesa mais significativas, nomeadamente, despesas com pessoal, aquisição de serviços e transferências correntes,
 - o Análise e teste às reconciliações bancárias;
 - o Análise e teste aos saldos de empréstimos obtidos, considerando a informação facultada pelo Município e a constante do mapa de responsabilidade de crédito do Banco de Portugal, e
- Realização de procedimentos analíticos nomeadamente:
- o Comparação da informação financeira intercalar com a apresentada no período homólogo;
 - o Comparação dos mapas de execução orçamental com os apresentados no período homólogo;

Seguidamente, e sempre que se considerar relevante, serão apresentados mais detalhes sobre procedimentos executados e principais conclusões.

5. Execução orçamental

O quadro abaixo visa apresentar as dotações de receita e de despesa, face à receita cobrada e despesa paga, com referência a 30 de junho de 2019. Os desvios evidenciados correspondem às receitas estimadas não recebidas e às despesas orçamentadas não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita e da despesa.

Neste âmbito, é importante ser considerado pelos leitores do presente relatório, que os dados inscritos na coluna de Previsões / Dotações corrigidas referem-se aos orçamentos elaborados para o exercício de 2019 na sua integralidade, enquanto que a execução compreende apenas o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2019, motivo pelo qual o grau de execução não se encontra próximo de 100%. Por outro lado, uma leitura de execução duodecimal também não será a mais apropriada, na medida em que, pode verificar-se uma concentração da execução orçamental, por motivos vários, no primeiro semestre ou no segundo.

30 de junho de 2019	Previsões / Dotações corrigidas	Eexecução	Desvio	Grau de execução orçamental
Outras receitas	7 334 105,92 €	7 336 667,94 €	2 562,02 €	100,0%
Receitas correntes	33 118 323,76 €	16 141 621,44 € -	16 976 702,32 €	48,7%
Receitas de capital	5 488 484,00 €	1 458 622,82 € -	4 029 861,18 €	26,6%
Total da receita	45 940 913,68 €	24 936 912,20 € -	21 004 001,48 €	54,3%
Despesas correntes	26 026 941,05 €	10 127 829,91 € -	15 899 111,14 €	38,9%
Despesas de capital	19 913 972,63 €	5 550 919,58 € -	14 363 053,05 €	27,9%
Total da despesa	45 940 913,68 €	15 678 749,49 € -	30 262 164,19 €	34,1%

O nível de execução global da receita total situou-se nos 54,3%, enquanto o nível de execução da despesa global se firmou em 34,1%.

A execução global da receita é influenciada pela execução do saldo “na posse do serviço”, que transita da gerência anterior, e para o qual é sempre considerada execução plena, motivo pelo qual a rubrica “outras receitas” que apresenta uma execução superior a 100%.

A receita corrente arrecadada durante o primeiro semestre de 2019 foi suficiente para dar cumprimento à despesa corrente executada, o que se encontra de acordo com as previsões/dotações corrigidas inscritas no orçamento aprovado, em que a receita corrente é superior a despesa corrente, mesmo sem incorporação do saldo de gerência.

5.1 Execução orçamental da receita

No que respeita à execução orçamental da receita, com referência a 30 de junho de 2019, esta subdivide-se de acordo com o quadro abaixo:

30 de junho de 2019	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 118 323,76 €	16 141 621,44 € -	16 976 702,32 €	48,7%
Receita de capital	5 488 484,00 €	1 458 622,82 € -	4 029 861,18 €	26,6%
Outras receitas	7 334 105,92 €	7 336 667,94 €	2 562,02 €	100,0%
Total - Receita	45 940 913,68 €	24 936 912,20 € -	21 004 001,48 €	54,3%

A receita prevista corresponde ao montante de receitas estimadas para o ano de 2019 e a receita cobrada líquida corresponde a verbas efetivamente recebidas para o período em referência. Destaca-se, a este respeito e a esta data, a reduzida execução de receita de capital, face ao que havia sido inicialmente estimado.

No que se refere à execução da receita global firma-se num montante inferior a 54,3 % (execução que, em teoria, corresponderia a metade da receita prevista para o exercício), porque o saldo que transita da gerência anterior se encontra considerado como executado na íntegra.

Conforme se mostra na tabela acima, a execução da receita corrente cifra-se nos 48,7 %, destacando-se, no entanto, uma execução superior a 50% em algumas rubricas de receita corrente, abaixo assinaladas:

Receita corrente	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
01. Impostos directos	9 864 530,00 €	4 946 313,50 € -	4 918 216,50 €	50,1%
02. Impostos indirectos	144 905,00 €	66 242,67 € -	78 662,33 €	45,7%
04. Taxas, multas e outras penalidades	659 830,00 €	246 375,46 € -	413 454,54 €	37,3%
05. Rendimentos de propriedades	2 151 802,00 €	690 385,37 € -	1 461 416,63 €	32,1%
06. Transferências correntes	14 894 787,76 €	7 237 706,99 € -	6 857 080,77 €	51,4%
07. Vendas de bens e serviços correntes	6 137 725,00 €	2 916 591,12 € -	3 221 133,88 €	47,5%
08. Outras receitas correntes	64 744,00 €	38 607,24 € -	26 136,76 €	59,7%
Total - Receita corrente	33 118 323,76 €	16 141 621,44 € -	16 976 702,32 €	48,7%

Os Impostos directos representam 30% da receita corrente global orçamentada e cerca de 31% da receita corrente cobrada.

Ao nível dos impostos directos, o imposto que mais contribuiu para o valor de receita cobrada líquida foi o Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme se detalha:

Impostos directos	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Imposto municipal sobre imóveis	6 118 332,00	3 305 351,07 € -	2 812 980,93 €	54,0%
Imposto único de circulação	1 407 388,00	816 748,40 € -	590 639,60 €	58,0%
Imposto mun. sobre transf. onerosas de imóveis	1 507 776,00	662 037,70 € -	845 738,30 €	43,9%
Derrama	831 034,00	162 176,33 € -	668 857,67 €	19,5%
Total - Impostos directos	9 864 530,00 €	4 946 313,50 € -	4 918 216,50 €	50,1%

A receita arrecadada relativa ao imposto municipal sobre transferências onerosas de imóveis (IMT), em termos orçamentais, não regista o valor relativo a junho de 2019 (192.710,26 €), devido ao facto de tal montante apenas ter sido recebido em julho de 2019. Tal facto leva a que a execução orçamental não atinga os 50% como seria expectável.

A fraca execução de receita relativa a derrama deve-se ao facto de o exercício de 2018, ter sido fechado apenas em junho de 2019 e a respetiva comparticipação ter sido recebida pelo município apenas em agosto do corrente ano.



As transferências correntes representam 43% da receita corrente global orçamentada e cerca de 45% da receita corrente cobrada. São recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A execução em sede de transferências correntes, de 51,4%, resulta de uma receita cobrada correspondente a metade da receita estimada para o ano de 2019, tal como seria expectável.

Transferências correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Privadas	87 846,00 €	18 111,76 €	- 69 734,24 €	20,6%
Companhias de seguros e fundos de pensões	21 317,00 €	39 542,20 €	18 225,20 €	185,5%
Fundo de equilíbrio financeiro	10 324 915,00 €	5 162 454,00 €	- 5 162 461,00 €	50,0%
Fundo Social Municipal	833 948,00 €	416 970,00 €	- 416 978,00 €	50,0%
Participação variável no IRS	1 366 760,00 €	683 376,00 €	- 683 384,00 €	50,0%
Fundo Social Europeu	50 419,00 €	- €	- 50 419,00 €	0,0%
FLEAC - Fundo europeu de auxílio às pessoas mais	4 815,00 €	4 238,73 €	- 576,27 €	88,0%
FLEDER - Transferência corrente	36 201,00 €	- €	- 36 201,00 €	0,0%
Serviços e fundos autónomos	1 309 701,76 €	866 422,60 €	- 443 279,16 €	66,2%
Instituição sem fins lucrativos	50 000,00 €	- €	- 50 000,00 €	0,0%
Famílias	8 865,00 €	46 590,79 €	37 725,79 €	525,6%
Total - Transferências correntes	14 094 787,76 €	7 237 706,08 €	- 6 857 081,68 €	51,4%

Na rubrica de transferências correntes, ao nível da receita cobrada líquida, destacam-se as seguintes categorias de receita:

- O *Fundo de equilíbrio financeiro (FEF)* - representa a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, o que corresponde à receita dos primeiros 6 meses do ano. Este facto justifica uma execução de 50%. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 5.162.454,00 € e cruzámos os valores aqui inscritos com os apresentados no mapa XIX, publicado em conjunto com o orçamento do estado para 2019. Não existem diferenças a reportar;
- O *Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS* - representam a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, que corresponde à receita dos primeiros 6 meses do ano. Este facto justifica uma execução de 50%. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 416.970,00 € e cruzámos os valores aqui inscritos com os apresentados no mapa



XIX, publicado em conjunto com o orçamento do estado para 2019. Não existem diferenças a reportar;

- *Os Serviços e Fundos autónomos do Estado*: - representam, principalmente, a receita recebida da DGEST para financiamento das competências atribuídas ao Município, no âmbito do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, atribuídos de acordo com o nº3 do art.35 da Lei 73/2013. Com referência ao período em análise, o valor recebido fica acima do valor que seria expectável para os primeiros 6 meses do ano. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 866.422,60 € num total de 1.309.701,76 €. De referir que, parte do valor recebido corresponde a receita recebida em 2019, mas a despesa ocorreu em 2018 (transferência de verba referente a auxiliares (83.592,57€), referente ao ano letivo de 2017/2018, auxiliares (201.600,00€) e para atividades de animação e apoio á família (180.852,28€) referente ao ano letivo de 2018/2019). O valor aqui referido foi devidamente ajustado na contabilidade patrimonial em 2018 e já regularizado em 2019.
- *As Famílias* - representam, principalmente, transferências efetuadas pela freguesia de Pombal para o Município, relativa a refeições confeccionadas na escola *Gualdim Pais*,

Destaca-se também uma execução superior às expectativas na rubrica “Outras receitas correntes” (58,7%), na qual a receita cobrada foi superior à orçamentada.

No âmbito da análise da receita de capital cumpre-nos destacar a sua relevância no orçamento da receita do Município, sobretudo no que respeita às transferências de capital. Veja-se:

Receita de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
09. Venda de bens de investimento	356 115,00 €	- € -	356 115,00 €	0,0%
10. Transferências de capital	5 015 369,00 €	1 458 622,82 € -	3 556 746,18 €	29,1%
13. Outras receitas de capital	117 000,00 €	- € -	117 000,00 €	0,0%
Total - Receita de capital	5 488 484,00 €	1 458 622,82 € -	4 029 861,18 €	26,6%

A execução das transferências de capital é de apenas 26,6%. Para esta execução contribui a execução relativa às seguintes rubricas de capital:

Transferência de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Fundo de equilíbrio financeiro	1 147 213,00 €	573 606,00 € -	573 607,00 €	50,0%
Art. 35, n° 3 da Lci n 73/2013	976 433,00 €	488 214,00 € -	488 219,00 €	50,0%
Participação comunitária em projetos co-financiados	2 304 374,00 €	396 802,82 € -	1 907 571,18 €	17,2%
Serviços e fundos autónomo	417 135,00 €	- € -	417 135,00 €	0,0%
Municípios	170 214,00 €	- € -	170 214,00 €	0,0%
Total - Receita de capital	5 015 369,00 €	1 458 622,82 € -	3 556 746,18 €	29,1%

Para finalizar as notas relativas ao controlo orçamental da receita, mostra-se, no quadro abaixo, receitas que transitam por cobrar no período em referência, e que serão apenas cobradas no segundo semestre do ano ou ano seguinte. Veja-se:

Controlo orçamental da receita - exercício de 2019	Valor
Previsões corrigidas	45 940 913,68 €
Receita por cobrar no início do ano	279 224,82 €
Receita cobrada líquida	24 977 305,70 €
Receita por cobrar no final do semestre	270 664,64 €

5.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo

Comparativamente com igual período do ano transato, calculando o grau de execução orçamental da receita global com base na receita cobrada líquida, esta aumenta cerca de 5,1%, passando de 49% para 54,4%.

Classificação económica	30 de junho de 2019			30 de junho de 2018		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 118 323,76 €	16 182 014,94 €	48,9%	33 728 005,00 €	15 417 239,03 €	45,7%
Receita de capital	5 488 484,00 €	1 458 622,82 €	26,6%	5 455 815,52 €	965 208,29 €	17,7%
Outras receitas	7 334 105,92 €	7 336 667,94 €	100,0%	5 393 800,55 €	5 444 295,74 €	100,9%
Total - Receita	45 940 913,68 €	24 977 305,70 €	54,4%	44 577 621,07 €	21 824 743,06 €	49,0%

Conforme se mostra na tabela acima, a execução da receita corrente cifra-se nos 48,9%, mais 3,2% que a receita corrente apurada em igual período do ano anterior. Comparativamente, a receita corrente apresenta a seguinte composição:

Classificação económica	30 de junho de 2019			30 de junho de 2018		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
01. Impostos diretos	9 864 530,00 €	4 986 707,00 €	50,6 ^o %	10 020 991,00 €	4 935 350,36 €	49,3 ^o %
02. Impostos indiretos	144 905,00 €	66 242,67 €	45,7 ^o %	161 747,00 €	109 999,05 €	68,0 ^o %
04. Taxas, multas e outras penalidades	659 830,00 €	246 375,46 €	37,3 ^o %	644 647,00 €	245 322,77 €	38,1 ^o %
05. Rendimentos de propriedades	2 151 802,00 €	690 385,37 €	32,1 ^o %	2 240 862,00 €	624 792,81 €	27,9 ^o %
06. Transferências correntes	14 094 787,76 €	7 237 706,08 €	51,4 ^o %	14 096 281,00 €	6 765 644,83 €	48,0 ^o %
07. Vendas de bens e serviços correntes	6 137 725,00 €	2 916 591,12 €	47,5 ^o %	6 494 836,00 €	2 687 102,00 €	41,4 ^o %
08. Outras receitas correntes	64 744,00 €	38 007,24 €	58,7 ^o %	68 641,00 €	49 027,21 €	71,4 ^o %
Total - Receita corrente	33 118 323,76 €	16 182 014,94 €	48,9%	33 728 005,00 €	15 417 239,03 €	45,7%

Com base no trabalho efectuado até à data do presente relatório confirmámos que:

- o município cumpriu os requisitos legais para a cobrança da receita, uma vez que verificámos que não existe, a esta data, recita cobrada em classificações que não tenham previsão no orçamento,
- a execução orçamental da receita corrente(bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo permitem-nos concluir que o equilíbrio orçamental previsto na lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, está a ser cumprida a esta data.

5.3 Execução orçamental da despesa

A execução orçamental da despesa, com referência a 30 de junho de 2019, apresenta-se da seguinte forma:

30 de junho de 2019	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa corrente	26 026 941,05 €	21 879 009,31 €	10 127 829,91 €	11 751 179,40 €	84,1 ^o %	38,9 ^o %
Despesa de capital	19 913 972,63 €	15 884 125,23 €	5 550 919,58 €	10 333 205,65 €	79,8 ^o %	27,9 ^o %
Total - Despesa	45 940 913,68 €	37 763 134,54 €	15 678 749,49 €	22 084 385,05 €	82,2%	34,1%

Calculando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, esta firma-se em cerca de 34,1%. No entanto, refira-se que, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental aumenta de 34,1% para 82,2%.

Do total de despesa comprometida, o montante de 22.084.385,05 €, correspondem a compromissos assumidos com fornecedores, relativos a serviços ainda não prestados e, por isso, não faturados e consequentemente não pagos pelo Município. O remanescente (15.678.749,49€) corresponde a serviços prestados e faturas emitidas que foram liquidadas pelo Município até 30 junho 2019.

Os compromissos assumidos apresentam um montante inferior às dotações revistas, conforme é exigível pela legislação aplicável.

No que respeita ao orçamento global, revisto mediante aprovação em órgão deliberativo, a despesa corrente representa cerca de 56,7% da despesa total orçamentada e a despesa de capital corresponde a 43,3% desta.

Esta ponderação altera-se quando nos referimos à despesa paga no período, uma vez que a execução da despesa de capital se mostra reduzida face ao previsto. A despesa corrente paga representa 64,60% da despesa paga total e a despesa de capital corresponde a 35,40% da despesa liquidada no ano. Este facto decorre do nível de execução orçamental de ambas as categorias de despesa.

O detalhe da execução orçamental da despesa corrente apresenta-se de seguida:

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
01. Despesas com pessoal	9 310 753,00	9 125 131,56	4 206 428,12	4 918 703,44 €	98,0%	45,2%
02.01. Aquisição de bens	2 121 950,00 €	1 590 133,53 €	679 272,42 €	910 861,11 €	74,9%	32,0%
02.02. Aquisição de serviços	10 158 488,05 €	7 640 987,89 €	3 410 791,05 €	4 230 196,84 €	75,2%	33,6%
03. Juros e outros encargos	28 500,00	27 022,61	13 821,85	13 200,76 €	94,8%	48,5%
04. Transferências correntes	3 889 250,00	3 016 831,49	1 592 461,48	1 424 370,01 €	77,6%	40,9%
05. Subsídios	84 000,00	83 900,62	40 489,26	43 411,36 €	99,9%	48,2%
06. Outras despesas correntes	434 000,00	395 001,61	184 365,73	210 435,88 €	91,0%	42,5%
Total - Despesa corrente	26 026 941,05 €	21 879 009,31 €	10 127 829,91 €	11 751 179,40 €	84,1%	38,9%

A análise do quadro supra permite-nos constatar que existe uma diferença entre o nível de execução da despesa paga, que se firma, a esta data, em 38,9%, e o grau de execução de despesa comprometida, que se apresenta em 84,1%, o que significa que o volume de pagamentos efetuados foi bastante inferior ao montante de compromissos assumidos no mesmo período. Esta discrepância decorre do facto de ter sido comprometida despesa que ainda não terá sido faturada pelos fornecedores nem, consequentemente, paga pelo Município, ou, por outro lado, do facto de ainda não terem sido executados os serviços / bens adquiridos já comprometidos.

A rubrica 01. *Despesas com o pessoal* é uma das mais relevantes componentes das despesas correntes do Município e corresponde a 42% da despesa corrente comprometida e da despesa corrente paga. Inclui remunerações processadas para os titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos e para o pessoal dos quadros, encargos com remunerações, gastos com seguros, entre outros. Regista também, os encargos com remunerações que decorrem de contribuições a cargo da entidade patronal relativas a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

Cerca de 35% da despesa corrente comprometida e cerca de 34% da despesa corrente paga destinaram-se à aquisição de serviços (rubrica *02.02 Aquisição de serviços*). Esta rubrica inclui despesas de comunicação, assistência técnica, locação, conservação e reparação, estudos, pareceres e projetos, consultoria, trabalhos especializados, formação, publicidade, vigilância e segurança, entre outros.

Finalmente, destaca-se a rubrica *04. Transferências correntes*, que representa 14% da despesa corrente comprometida e 16% da despesa paga, sendo que esta rubrica contempla importâncias pagas a organismos e entidades, sem que tal implique, por parte das unidades beneficiárias, qualquer contraprestação direta. Aqui incluem-se transferências efetuadas para as freguesias, famílias (prestações sociais a famílias carenciadas) e instituições sem fins lucrativos, etc.

Apresenta-se abaixo a despesa global do período:

Decomposição despesa	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Remunerações certas permanentes	7 275 833,00 €	7 154 654,74 €	3 285 253,28 €	3 869 401,46 €	98,3%	45,2%
Abonos variáveis ou eventuais	214 879,00 €	194 420,45 €	109 965,62 €	84 454,83 €	90,5%	51,2%
Segurança social	1 820 041,00 €	1 776 056,37 €	811 209,22 €	964 847,15 €	97,6%	44,6%
Aquisição de bens	2 121 950,00 €	1 590 133,53 €	679 272,42 €	910 861,11 €	74,9%	32,0%
Aquisição de serviços	10 158 488,05 €	7 640 987,89 €	3 410 791,05 €	4 230 196,84 €	75,2%	33,6%
Juros da dívida pública	27 000,00 €	27 000,00 €	13 800,79 €	13 199,21 €	100,0%	51,1%
Outros encargos correntes da dívida pública	500,00 €	- €	- €	- €	0,0%	0,0%
Outros juros	1 000,00 €	22,61 €	21,06 €	1,55 €	2,3%	2,1%
Administração Central	500,00 €	350,00 €	- €	350,00 €	70,0%	0,0%
Administração local	1 430 050,00 €	1 204 695,46 €	726 076,74 €	478 618,72 €	84,2%	50,8%
Instituições sem fins lucrativos	1 006 900,00 €	811 353,68 €	408 233,21 €	403 120,47 €	80,6%	40,5%
Famílias (transferências correntes)	1 451 800,00 €	1 000 432,35 €	458 151,53 €	542 280,82 €	68,9%	31,6%
Sociedades e quase-soc. não financeiras	64 000,00 €	63 900,62 €	29 980,02 €	33 920,60 €	99,8%	46,8%
Famílias (subsídios)	20 000,00 €	20 000,00 €	10 509,24 €	9 490,76 €	100,0%	52,5%
Diversas	434 000,00 €	395 001,61 €	184 565,73 €	210 435,88 €	91,0%	42,5%
Investimentos	6 788 572,63 €	4 998 169,32 €	1 768 259,67 €	3 229 909,65 €	73,6%	26,0%
Bens de domínio público	9 922 800,00 €	8 278 721,43 €	2 430 261,93 €	5 848 459,50 €	83,4%	24,5%
Administração central	2 000,00 €	- €	- €	- €	0,0%	0,0%
Administração local	1 216 500,00 €	1 173 093,41 €	563 929,03 €	609 164,38 €	96,4%	46,4%
Instituições sem fins lucrativos	1 316 000,00 €	766 176,88 €	456 554,31 €	309 622,57 €	58,2%	34,7%
Unidades de participação	123 400,00 €	123 400,00 €	61 700,00 €	61 700,00 €	100,0%	50,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	521 000,00 €	520 913,75 €	260 360,29 €	260 553,46 €	100,0%	50,0%
Outros passivos financeiros	23 700,00 €	23 650,44 €	9 854,35 €	13 796,09 €	99,8%	41,6%
Total	45 940 913,68 €	37 763 134,54 €	15 678 749,49 €	22 084 385,05 €	82,2%	34,1%

No que se refere à execução orçamental das despesas de capital, estas apresentam o seguinte detalhe:

Despesas de Capital	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
07. Aquisição de bens de capital	16 711 372,63	13 276 890,75	4 198 521,60	9 078 369,15 €	79,4%	25,1%
08. Transferências de capital	2 534 500,00	1 939 270,29	1 020 483,34	918 786,95 €	76,5%	40,3%
09. Ativos financeiros	123 400,00	123 400,00	61 700,00	61 700,00 €	100,0%	50,0%
10. Passivos financeiros	544 700,00	544 564,19	270 214,64	274 349,55 €	100,0%	49,6%
Total - Despesas de capital	19 913 972,63 €	15 884 125,23 €	5 550 919,58 €	10 333 205,65 €	79,8%	27,9%

Com base no quadro supra, conclui-se que o grau de execução das despesas de capital baseado nos compromissos é de 79,8% e que o índice de pagamentos destas apresenta-se em 27,9%. Isto significa que, para uma despesa de capital estimada de 19.913.972,63 €, o Município comprometeu, por via de celebração de contratos com fornecedores de investimento, transferências de apoio ao investimento, amortizações de empréstimos e participações FAM, 15.884.125,23 € e pagou apenas 5.550.919,58 €.

5.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homólogo

Comparando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, verificamos que existe um ligeiro aumento de 2,9% face a 2018, passando de 31,2 % para 34,1 %

Classificação económica	30 de junho de 2019				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	26 026 941,05 €	21 879 009,31 €	10 127 829,91 €	84,1%	38,9%
Despesa de capital	19 913 972,63 €	15 884 125,23 €	5 550 919,58 €	79,8%	27,9%
Total - Despesa	45 940 913,68 €	37 763 134,54 €	15 678 749,49 €	82,2%	34,1%

Classificação económica	30 de junho de 2018				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	24 708 311,00 €	20 856 018,26 €	9 525 796,28 €	84,4%	38,6%
Despesa de capital	19 869 310,07 €	17 246 140,63 €	4 385 918,17 €	86,8%	22,1%
Total - Despesa	44 577 621,07 €	38 102 158,89 €	13 911 714,45 €	85,5%	31,2%

Por outro lado, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental também diminuiu, passando de 85,5% para 82,2%.

5.5 Equilíbrio Orçamental

No que respeita ao equilíbrio orçamental, no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, define-se, entre outros aspetos, que os orçamentos das entidades do setor local devem prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Sem prejuízo deste facto, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente (...)”.

A esta data, o Município cumpre a regra do equilíbrio financeiro definido por Lei.

5.6 Rácios receita / despesa

Listamos abaixo um conjunto de rácios baseados nos dados orçamentais com referência a 30 de junho de 2019:

30 de junho de 2019	Previsões / Dotações corrigidas	Execução
Grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente	127%	160%
Despesa		
Peso da despesa corrente na despesa total	57%	65%
Peso da despesa de capital na despesa total	43%	35%
Peso da despesa com o pessoal na despesa corrente	36%	42%
Peso da despesa com aquisição de bens e serviços na despesa corrente	47%	42%
Receita		
Peso da receita corrente na receita total	72%	65%
Peso da receita de capital na receita total	12%	6%
Peso das transferências correntes na receita corrente	43%	45%

Do ponto de vista da execução, a receita corrente executada superou a despesa corrente paga. Constata-se, deste modo, que a receita corrente foi suficiente para fazer face ao cumprimento da despesa corrente.

A despesa corrente representa 65% da despesa paga total. A despesa com pessoal representa 42% do total das despesas correntes pagas, e os pagamentos de despesas com aquisição de bens e serviços firmam-se em 42% da globalidade das despesas correntes pagas no período. A despesa de capital representa 35% da despesa total paga.

Conclui-se que a receita corrente representa 72% da receita total prevista e 65% da receita total executada e que as transferências correntes são a principal rubrica da receita corrente executada, conforme já havia sido anteriormente constatado, representando 45% da receita corrente cobrada.

5.7 Grandes Opções do Plano (GOP)

Nas Grandes Opções do Plano (GOPs) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais mais relevantes da gestão autárquica (PAM).

O orçamento das GOPs para 2019 cifra-se em 29.393.552,68€ que se reparte da seguinte forma:

Descrição	Montante Previsto
	Ano
Plano de atividades municipais (PAM)	12 682 180,05 €
Plano plurianual de investimentos (PPI)	16 711 372,63 €
Total das GOPs	29 393 552,68 €

As GOPs, de horizonte móvel de quatro anos, incluem todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pelo Município. Resumidamente, são quatro as funções das GOPs:

Descrição	Dotação Final	Pagamento	% de Execução
Funções gerais	2 653 772,63 €	1 082 470,88 €	40,79%
Funções sociais	18 201 030,00 €	5 178 843,47 €	28,45%
Funções económicas	5 358 550,05 €	1 056 970,93 €	19,72%
Outras funções	3 180 200,00 €	1 609 872,09 €	50,62%
Total	29 393 552,68 €	8 928 157,37 €	30,37%

Como se verifica na análise acima a função designada na GOP de “Outras funções” apresenta uma taxa de execução (pagamento vs dotação) de 50,62%. Nesta função, encontramos justificação para as operações relacionadas com a dívida autárquica, transferências para entidade da administração central e autárquica, entre outras, conforme detalhe abaixo.

Obj.	Descrição	Montante Previsto	Montante executado	% de execução
		Ano		
41	Operações da dívida autárquica	548 500,00 €	274 161,08	49,98%
422	Outros apoios concedidos	64 000,00 €	29 980,02	46,84%
423	Comparticipações assoc. intermunicipais, parcerias e quotiz.	83 000,00 €	15 988,47	19,26%
424	Transferências p/ a administração central	120 000,00 €	68 396,70	57,00%
425	Contratos, acordos, apoios e transf. para as freguesias	2 241 300,00 €	1 159 645,82	51,74%
431	Participação em sociedades, associações e Setor fínpr. Local	123 400,00 €	61 700,00	50,00%
Total		3 180 200,00 €	1 609 872,09 €	50,62%

De salientar:

- as transferências realizadas para as freguesias, no âmbito dos acordos de colaboração, execução e também contratos inter-administrativos e outros apoios efetuados,
- as operações de dívida autárquica, que corresponde a amortização de capital e juros dos empréstimos de médio/longo prazo contratados com as instituições financeiras e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

5.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental

5.8.1 Compromissos assumidos

O valor dos compromissos assumidos a 30.06.2019 é de 37.763.134,54 €, de acordo informação apresentada no controlo orçamental da despesa. Esta informação foi devidamente reportada no SIAL.

5.8.2 Contas de Ordem

As contas de ordem visam refletir, principalmente, os montantes relativos a valores titulados, como as garantias e cauções apresentadas por terceiros, sendo o seu valor no final do semestre de 11.907.397,96 €.

5.8.3 Pagamentos em atraso

De acordo com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, pagamentos em atraso são aqueles que se encontram apresentados nas contas a pagar, e que permaneçam nessa situação mais de 90 dias após data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.



Do cruzamento realizado entre os compromissos e a despesa paga reportados no mapa de controlo orçamental da despesa e no mapa dos pagamentos em atraso, excluindo as classificações económicas 09 Ativos financeiros e 10 Passivos financeiros que não são reportados no mapa de pagamentos em atraso, confirmamos que o município não apresenta pagamentos em atraso.

5.8.4 Mapa de fluxos de caixa

O mapa de fluxos de caixa apresenta um saldo para a gerência seguinte de 11.881.990,05€, que corresponde ao valor de caixa e depósitos do balanço, pelo que não existem divergências a relatar.

5.8.5 Fundos disponíveis

Os fundos disponíveis reportados a 30 de junho de 2019 apresenta um valor de 1.170.506,78 € Como tal, todos os compromissos registados foram registados com fundos disponíveis.

Os fundos disponíveis reportados a 30 de junho de 2019 na aplicação *Medidata* estão de acordo com os comunicados no portal autárquico.

5.8.6 Endividamento

No que respeita ao endividamento, o artigo 52º da Lei 73 / 2013 apresenta as disposições legais que regulam o regime de crédito dos Municípios. A dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (DGAL: 49.104.764,00 €). A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Veja-se:



Descrição	Valor
Fornecedores c/c	388 427,60 €
Empréstimos	3 536 587,15 €
Fornecedores de imobilizado	50 926,48 €
Outros credores (FAM e FEE)	196 322,31 €
Operações tesouraria	2 583 433,84 €
Credores diversos outros	8 853,15 €
Credores pela execução do orçamento	306 398,87 €
SM + AM + SEL + entidades participadas	4 068,13 €
Endividamento total do Município	7 075 017,53 €
Operações tesouraria	- 2 583 433,84 €
FAM	- 123 400,00 €
Subsídios e subvenções reembolsáveis	- 72 922,32 €
Endividamento total excluindo OT e FAM	4 295 261,37 €
Limite legal de endividamento	49 104 764,00 €
Margem	44 809 502,63 €

Em face do exposto e considerando o limite máximo de endividamento permitido (49.104.764,00€), concluímos que o Município cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma margem de segurança positiva.

5.9 Deveres de informação

No que respeita a eventuais incumprimentos relativos aos deveres de informação, até á data de emissão deste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento.

6. Demonstrações financeiras

Apresenta-se abaixo o balanço que consideramos comparável com o período anterior, uma vez que foram ambos preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

De salientar que o Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares, pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os balancetes disponibilizados, bem como a análise efetuada às contas.

6.1 Balanço – Ativo

Balanço - Ativo	30.06.2019			31.12.2018
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado				
- Bens de domínio público	163 427 092,28 €	58 311 267,15 €	105 115 825,13 €	105 283 988,16 €
- Imobilizações incorpóreas	546 541,67 €	258 814,80 €	287 726,87 €	228 164,12 €
- Imobilizações corpóreas	152 919 662,36 €	29 877 473,82 €	123 042 188,54 €	123 667 968,09 €
- Investimentos financeiros	1 754 000,00 €	- €	1 754 000,00 €	1 754 000,00 €
Total - Ativo fixo	318 647 296,31 €	88 447 555,77 €	230 199 740,55 €	230 934 120,37 €
Circulante				
- Existências	112 053,77 €		112 053,77 €	98 805,29 €
- Dívidas de terceiros M.P	- €		- €	- €
- Dívidas de terceiros CP				
Contribuintes	13 677,29 €		13 677,29 €	15 854,29 €
Utentes	1 063 619,74 €		1 063 619,74 €	1 095 102,81 €
Clientes, contribuintes e utentes cob. duvidosa	743 994,99 €	5 216,63 €	738 778,36 €	- €
Estado e outros entes públicos	341 005,36 €		341 005,36 €	316 874,24 €
Outros devedores	- €		- €	162 947,56 €
- Depósitos em instituições financeiras e caixa	11 881 990,05 €	- €	11 881 990,05 €	10 037 032,17 €
- Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de proveitos	1 085,63 €		1 085,63 €	805 454,55 €
Custos diferidos	- €		- €	4 508,19 €
Total - Ativo circulante	14 157 426,83 €	5 216,63 €	14 152 210,20 €	12 536 579,10 €
Total - Ativo	332 804 723,14 €	88 452 772,40 €	244 351 950,75 €	243 470 699,47 €

6.1.1 Imobilizado

O imobilizado do Município apresenta-se, a 30 de junho de 2019, da seguinte forma:

Valor Bruto			
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Bens de domínio público			
- Terrenos e recursos naturais	116 868,01 €	- €	116 868,01 €
- Outras construções e infra-estruturas	147 075 606,16 €	1 368 154,51 €	148 443 760,67 €
- Bens do Património histórico, artístico e cultural	15 691,55 €	- €	15 691,55 €
- Imobilizações em curso	14 027 003,81 €	823 768,24 €	14 850 772,05 €
Imobilizações incorpóreas			
- Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	486 382,81 €	59 562,75 €	545 945,56 €
- Propriedade industrial e outros direitos	596,11 €	- €	596,11 €
Imobilizações corpóreas			
- Terrenos e recursos naturais	19 679 318,53 €	16 967,50 €	19 696 286,03 €
- Edifícios e outras construções	100 238 230,99 €	444 799,97 €	100 683 030,96 €
- Equipamento básico	11 013 600,79 €	149 212,34 €	11 162 813,13 €
- Equipamento de transporte	3 785 112,30 €	64 282,87 €	3 849 395,17 €
- Ferramentas e utensílios	21 512,03 €	851,40 €	22 363,43 €
- Equipamento administrativo	4 674 464,10 €	115 894,41 €	4 790 358,51 €
- Outras imobilizações corpóreas	2 406 409,90 €	- 287,78 €	2 406 122,12 €
- Imobilizações corpóreas em curso	9 398 677,33 €	910 615,68 €	10 309 293,01 €
Investimentos Financeiros			
- Partes de Capital	643 400,00 €	- €	643 400,00 €
- Obrigações e Títulos de Participação	1 110 600,00 €	- €	1 110 600,00 €
	314 693 474,42 €	3 953 821,89 €	318 647 296,31 €

As principais aquisições referem-se a bens de domínio público, nomeadamente construção de viadutos, arruamentos e obras complementares, assim como sistema de drenagem de águas residuais e rede viária. O restante corresponde a outras obras na via pública, principalmente relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água.

Detalhamos abaixo, algumas das principais obras ainda a decorrer e que fazem parte do plano de investimento do Município:

- Construção de redes e estações elevatórias de Alhais, Silveirinha Grande, Silveirinha Pequena, Vieirinhos e Claras,
- Construção/reconstrução de escolas desativadas,
- Limpeza e beneficiação dos rios e ribeiros no Concelho,

- Beneficiação da Biblioteca e Auditório Municipal,
- Rede de saneamento doméstico dos lugares de Videira, Gracieira, Fetil e Vila Gateira
- Requalificação da C+S da Guia,
- Requalificação dos espaços exteriores do município,
- Requalificação Urbana de Governos-Vinagres,
- Requalificação da casa Agorreta,
- Asfaltagem de estradas e caminhos na freguesia,

No que respeita às amortizações, apesar de não contemplado no mapa supra, considerando que se trata de uma informação semestral, considerámos para efeitos de cálculo dos resultados líquidos, metade do valor das amortizações anuais de 2018 (9.440.342,71 €/2, valor meramente indicativo).

6.1.2 Dívidas de terceiros - curto prazo

Esta rubrica apresenta-se, a 30 de junho de 2019, da seguinte forma:

Dívidas de terceiros CP	30.06.2019	31.12.2018
- Clientes, Contribuintes	1 816 075,39 €	1 110 957,10 €
- Estado e outros entes públicos	341 005,36 €	316 874,24 €
- Outros devedores	- €	162 947,56 €
	2 157 080,75 €	1 590 778,90 €

6.1.3 Depósitos em instituições financeiras e caixa

A 30 de Junho de 2019 esta rubrica apresenta-se da seguinte forma:

Depósitos em instituições financeiras e caixa	30.06.2019	31.12.2018
- Caixa	5 877,02 €	1 323,42 €
- Depósitos em instituições financeiras	11 876 113,03 €	10 035 708,75 €
	11 881 990,05 €	10 037 032,17 €

Os depósitos em instituições financeiras representam os saldos que o Município tem depositados em instituições bancárias (contas à ordem). Obtivemos as reconciliações bancárias, bem como os respetivos extratos bancários, tendo concluído que existem diversos movimentos em aberto que devem ser analisados e regularizados até ao final do exercício, uma vez que transitam de exercícios anteriores e ainda se encontram pendentes de registo.



Verificámos ainda que existem diversas entradas de dinheiro, principalmente relativas a junho, que ainda não se encontram registadas na contabilidade. Como exemplo detalhamos algumas situações:

Conta	Banco	Valor	Nota
1291	CGD 886431	14 682,70 €	Transferências de várias entidades recebidas em Abril, Maio e Junho
1201	NB 35580006	139 984,87 €	Transferência da DGAL de Junho 2019 e outras transferências
1201	CGD 456630	70 766,68 €	Transferência da Agência Desenv e Coesão em Junho
1201	CCAM 4006350371	191 977,91 €	Transferências de várias entidades recebidas em Junho
1201	CGD 40215508372	7 117,04 €	Pagamentos em trânsito e transferências várias entidades
1201	CCAM 4021871137	25 689,24 €	Transferências de várias freguesias de Jun e Nov 2018 e Abril, Maio e Junho 2019
Total		450 218,44 €	

Tal facto, influencia o cálculo da taxa de execução da receita, que em 30 de junho, poderia ser superior, apesar da taxa de execução se situar acima dos 50% (2019: 54, 3%).

6.2 Balanço – Fundos Próprios e Passivo



Balço - Fundos Próprios e Passivo	30.06.2019	31.12.2018
Fundos Próprios		
- Património	48 694 139,89 €	48 614 613,81 €
- Reservas legais	5 077 308,60 €	4 825 747,41 €
- Doações	5 084,70 €	5 084,70 €
- Resultados transitados	109 750 667,05 €	105 050 645,56 €
- Resultado líquido do exercício	256 771,59 €	5 031 223,76 €
Total - Fundos Próprios	163 783 971,84 €	163 527 315,24 €
Passivo		
- Provisões para riscos e encargos	1 688 805,59 €	944 810,60 €
- Dívidas a terceiros MLP	3 536 587,15 €	3 398 934,16 €
- Dívidas a terceiros CP		
Emprestimo de curto prazo	- €	520 810,37 €
Fornecedores conta corrente	115 248,45 €	58 446,64 €
Fornecedores - Fat. recepção e conferência	273 179,15 €	352 959,61 €
Credores pela execução do Orçamento	306 398,87 €	- €
Estado e outros entes públicos	179 112,56 €	93 063,86 €
Outros credores	2 487 838,05 €	2 801 060,27 €
- Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	1 038 351,10 €	1 227 643,55 €
Proveitos diferidos	70 942 457,99 €	70 545 655,17 €
Total - Passivo	80 567 978,91 €	79 943 384,23 €
Total - Fundos Próprios e Passivo	244 351 950,75 €	243 470 699,47 €

6.2.1 Fundos Próprios

Apesar de à data do presente relatório, os resultados gerados no exercício de 2018 ainda não se encontrarem distribuídos conforme proposta de aplicação de resultados aprovada, os fundos próprios aqui apresentados já refletem essa variação.

Assim conforme proposta de aplicação de resultados aprovada, o resultado líquido do exercício de 2018, de 5.031.223,76€, foi, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, aplicado da seguinte forma:



- Reservas legais no montante de 251.561,19% (5% do resultado líquido),
- Reforço da conta 51 Património no valor de 79.526,08 €, uma vez que a mesma apresentava um saldo inferior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20% do ativo líquido), e
- O remanescente para resultados transitados (4.700.136,49€)

6.2.2 Dívidas a terceiros – curto prazo

As Dívidas a terceiros – curto prazo, detalham-se da seguinte forma:

Dívidas a terceiros CP	30.06.2019	31.12.2018
- Empréstimos obtidos	- €	520 810,37 €
- Fornecedores conta corrente	115 248,45 €	58 446,64 €
- Fornecedores-faturas em recepção e conferência	273 179,15 €	352 959,61 €
- Credores pela execução do orçamento	306 398,87 €	- €
- Estado e outros entes públicos	179 112,56 €	93 063,86 €
- Outros credores	2 487 838,05 €	2 801 060,27 €
Total	3 361 777,08 €	3 826 340,75 €

No que se refere aos empréstimos obtidos, por não existir a obrigatoriedade de preparar as demonstrações financeiras intercalares o valor dos financiamentos obtidos apresenta-se no médio e longo prazo.

O montante apresentado na rubrica de fornecedores em recepção e conferência corresponde a diversas faturas de fornecedores, recebidas, mas ainda não lançadas na conta corrente do fornecedor, por aguardarem validação dos serviços.

No que se refere à conta de credores pela execução do orçamento, o valor aqui apresentado corresponde as Ordens de Pagamento que estão liquidadas (conta terceiros debitada, por contrapartida da conta 25.2 credores pela execução do orçamento). Só quando estão efetivamente pagas (pela Tesoureira) é que a conta 25.2 fica saldada por contrapartida da conta 11. No entanto, esta situação é transitória, pois nos termos do POCAL, no final do exercício de 2019, este saldo tem de se apresentar nulo.

O saldo de outros credores é justificado pelo valor apresentado na rubrica de fornecedores com depósitos de garantia e cauções (2.338.047,73 €).

6.3 Demonstração dos resultados

Considerando os pressupostos acima referidos no que se refere às amortizações e provisões, a demonstração de resultados estimada, com base no balancete analítico recibo e reportado a 30 de junho de 2019, apresenta-se abaixo.

Demonstração dos Resultados	30.06.2019	30.06.2018
Custos e perdas		
Custo das mercadorias vendidas	71 902,93 €	64 505,27 €
Fornecimentos e serviços externos	4 118 178,89 €	3 852 802,75 €
Custos com o pessoal	4 236 527,83 €	3 939 652,10 €
Transferências correntes concedidas	1 640 164,81 €	1 411 618,11 €
Amortizações do exercício	4 720 171,36 €	4 831 968,00 €
Provisões do exercício	5 216,63 €	134 722,16 €
Outros custos e perdas operacionais	150 655,40 €	138 125,65 €
(A)	14 942 817,85 €	14 373 394,04 €
Custos e perdas financeiras	23 678,90 €	30 313,11 €
(C)	14 966 496,75 €	14 403 707,15 €
Custos e perdas extraordinários	1 093 379,87 €	845 253,87 €
(E)	16 059 876,62 €	15 248 961,02 €
Resultado líquido do exercício	256 771,59 €	580 088,92 €
	16 316 648,21 €	15 829 049,93 €
Rendimentos e ganhos		
Vendas e prestações de serviços	2 816 519,04 €	2 768 589,72 €
Impostos e taxas	4 983 648,23 €	4 969 397,45 €
Transferências correntes e subsídios obtidos	7 824 373,88 €	7 441 510,06 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	175 434,02 €	109 036,30 €
(B)	15 799 975,17 €	15 288 533,53 €
Proveitos e ganhos financeiros	439 364,13 €	434 301,06 €
(D)	16 239 339,30 €	15 722 834,59 €
Proveitos e ganhos extraordinários	77 308,91 €	106 215,34 €
(F)	16 316 648,21 €	15 829 049,93 €
Resultados operacionais (B) - (A)	857 157,32 €	915 139,49 €
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	415 685,23 €	403 987,95 €
Resultados correntes (D) - (C)	1 272 842,56 €	1 319 127,45 €
Resultado líquido do exercício (F) - (E)	256 771,59 €	580 088,92 €



6.3.1 Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos para o primeiro semestre de 2019, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	30.06.2019	30.06.2018	Variação
- Eletricidade	802 391,68 €	918 753,17 €	- 116 361,49 €
- Combustíveis	271 953,41 €	274 976,78 €	- 3 023,37 €
- Outros fluidos	58 745,18 €	75 744,57 €	- 16 999,39 €
- Ferramentas e utensílios	5 170,57 €	5 764,65 €	- 594,08 €
- livros e documentação técnica	- €	62,91 €	- 62,91 €
- Material de escritório	8 944,68 €	10 262,80 €	- 1 318,12 €
- Artigos para oferta	8 310,72 €	9 741,51 €	- 1 430,79 €
- Rendas e alugueres	13 211,41 €	82 102,75 €	- 68 891,34 €
- Transportes escolares	244 176,59 €	411 832,29 €	- 167 655,70 €
- Despesas de representação	4 128,44 €	2 216,58 €	1 911,86 €
- Comunicação	25 262,99 €	17 587,27 €	7 675,72 €
- Seguros	121 362,33 €	76 473,05 €	44 889,28 €
- Deslocações e estadas	6 175,55 €	10 860,45 €	- 4 684,90 €
- Honorários	- €	4 858,50 €	- 4 858,50 €
- Correios e telecomunicações	49 940,70 €	52 114,25 €	- 2 173,55 €
- Conservação e reparação	387 844,41 €	193 669,28 €	194 175,13 €
- Publicidade e propaganda	53 613,26 €	47 893,56 €	5 719,70 €
- Limpeza, higiene e conforto	160 649,40 €	80 629,75 €	80 019,65 €
- Vigilância e segurança	53 346,05 €	60 538,29 €	- 7 192,24 €
- Trabalhos especializados	644 389,79 €	301 916,80 €	342 472,99 €
- Material de educação, cultura e recreio	1 822,46 €	377,30 €	1 445,16 €
- Vestuário e artigos pessoais	17 174,07 €	11 350,29 €	5 823,78 €
- Material de transporte - peças	20 612,25 €	39 608,53 €	- 18 996,28 €
- Formação	7 797,60 €	2 311,89 €	5 485,71 €
- Assistência técnica	11 400,56 €	6 667,32 €	4 733,24 €
- Material de consumo clínico	54,49 €	554,28 €	- 499,79 €
- Outro material - peças	20 317,84 €	8 845,76 €	11 472,08 €
- Seminários, exposições e similares	293,97 €	2 298,95 €	- 2 004,98 €
- Serviços de Saúde	15 589,22 €	9 385,68 €	6 203,54 €
- Alimentação - Generos para confeccionar	10 078,65 €	12 116,67 €	- 2 038,02 €
- Bares - Produtos alimentares e bebidas	1 087,63 €	1 598,52 €	- 510,89 €
- Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	19 930,50 €	13 180,42 €	6 750,08 €
- Encargos de cobrança	137 847,31 €	131 208,33 €	6 638,98 €
- Outros fornecimentos e serviços	896 417,10 €	943 561,31 €	- 47 144,21 €
- Materiais diversos	38 138,08 €	31 738,29 €	6 399,79 €
Total	4 118 178,89 €	3 852 802,75 €	265 376,14 €

Comparativamente com o período homólogo, no geral, o Município apresenta uma ligeira redução de custos, nomeadamente nas rubricas de: (1) eletricidade, (2) transportes escolares.

No que se refere às rubricas que apresentam maior variação, salientamos:

- (1) seguros,
- (2) conservação e reparação, no âmbito da manutenção e conservação corrente de bens, equipamentos, viaturas e infraestruturas municipais,
- (3) limpeza, higiene e conforto (contratação *in-house* com PMU para limpeza de edifícios),
- (4) trabalhos especializados, nomeadamente, pagamento de receita emolumentar ao tribunal de contas, reciclagem de RSU, trabalhos efetuados pela PMU no âmbito da contratação *in-house*, emolumentos notariais, serviço de manutenção da aplicação *aquamatrix*, contratos de manutenção de servidores de dados.

Validámos por amostragem, os documentos de suporte às contas mais significativas e concluímos que não existem situações relevantes dignas de relato.

6.3.2 Custos com o pessoal

Os Custos com o pessoal para o período findo em 30 de junho de 2019, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Custos com o pessoal	30.06.2019	30.06.2018
- Remunerações dos órgãos autárquicos	128 328,10 €	128 871,11 €
- Remunerações do pessoal	3 286 869,60 €	3 065 982,59 €
- Pensões	19 241,10 €	19 031,46 €
- Encargos sobre remunerações	659 208,97 €	608 970,51 €
- Seg. de acidentes no trabalho e doenças profissionais	35 815,22 €	25 558,04 €
- Outros custos com o pessoal	107 064,84 €	91 238,39 €
Total	4 236 527,83 €	3 939 652,10 €

Considerando os elementos fornecidos, em 30 de junho de 2019, o município contava com 472 colaboradores.



6.3.3 Transferências correntes concedidas

Os gastos com transferências correntes para o primeiro semestre de 2019 são integralmente relacionados com transferências correntes e subsídios concedidos.

Transferências correntes concedidas	30.06.2019	30.06.2018
- Transferências correntes concedidas	1 608 243,79 €	1 383 830,24 €
- Subsídios correntes concedidos	31 921,02 €	27 787,87 €
	1 640 164,81 €	1 411 618,11 €

6.3.4 Vendas, prestações de serviços e transferências e subsídios obtidos

Os Provedores operacionais para o período findo em 30 de junho de 2019, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Rendimentos e ganhos operacionais	30.06.2019	30.06.2018
Vendas e Prestação de serviços		
- Vendas	620 552,10 €	591 906,72 €
- Prestação serviços	2 195 966,94 €	2 176 683,00 €
Impostos e taxas		
- Impostos diretos	4 716 342,62 €	4 696 139,79 €
- Impostos indiretos	67 254,32 €	108 181,20 €
- Taxas	239 670,79 €	249 178,22 €
- Reembolsos e restituições	- 40 479,50 € -	84 936,76 €
- Outros	860,00 €	835,00 €
Outros proveitos	175 434,02 €	109 036,30 €
Transferências e subsídios obtidos		
- Orcamento do estado	7 324 620,00 €	6 922 944,00 €
- Fundos e serviços autónomos	404 802,44 €	462 170,44 €
- Famílias	34 755,30 €	22 586,93 €
- Exterior	4 238,73 €	8 456,13 €
- Empresas	55 957,41 €	25 352,56 €
	15 799 975,17 €	15 288 533,53 €

Validámos, por amostragem as principais fontes de receita aqui apresentados, não existindo situações a relatar.

6.3.5 Proveitos e ganhos financeiros

Estes proveitos justificam-se, principalmente, pelo valor recebido da renda cobrada à EDP pela concessão dos terrenos, propriedade do Município (registado em rendimento de imóveis).

Prveitos e ganhos financeiros	30.06.2019	30.06.2018
Juros obtidos	2 137,37 €	854,81 €
Ganhos em entidades participadas	- €	- €
Rendimentos de imóveis	434 967,93 €	429 762,40 €
Rendimentos de participacoes de capital	2 258,83 €	2 313,85 €
Outros proveitos e ganhos financeiros	- €	1 370,00 €
	439 364,13 €	434 301,06 €